



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E
CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

AMANDA DE SOUSA OLIVEIRA

ANÁLISE DESCRITIVA DOS PROGRAMAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA NO
CEARÁ E SUAS ATUAÇÕES E COBERTURA NO ESTADO

FORTALEZA

2022

AMANDA DE SOUSA OLIVEIRA

ANÁLISE DESCRITIVA DOS PROGRAMAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA NO CEARÁ E
SUAS ATUAÇÕES E COBERTURA NO ESTADO

Monografia apresentada ao curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal do Ceará,
como requisito parcial para a obtenção do
Título de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Guilherme Irffi

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- O45a Oliveira, Amanda de Sousa.
Análise descritiva dos programas de primeira infância no Ceará e suas atuações e cobertura no estado /
Amanda de Sousa Oliveira. – 2022.
52 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia,
Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2022.
Orientação: Prof. Dr. Guilherme Irffi.
1. Primeira infância. 2. Políticas públicas. 3. Ceará. I. Título.

CDD 330

AMANDA DE SOUSA OLIVEIRA

ANÁLISE DESCRITIVA DOS PROGRAMAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA NO CEARÁ E
SUAS ATUAÇÕES E COBERTURA NO ESTADO

Monografia apresentada ao curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal do Ceará,
como requisito parcial para a obtenção do
Título de Bacharel em Economia.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Guilherme Irffi (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Kelly Samá Lopes de Vasconcelos
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Maria Odalice dos Santos Sampaio
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a minha família, em especial meus pais, Wellington e Márcia, e meus irmãos, Ana Beatriz e Alexandre, por todo o apoio e amor incondicional durante toda a minha vida. Sem vocês, nada disso seria possível.

Ao professor Guilherme Irfi, que me apresentou essa temática e me orientou de forma precisa e paciente durante todo o processo de execução desse projeto.

Aos meus amigos, Maria Julia, Ligia, Dante e Pamella pelo companheirismo e apoio nos momentos difíceis, bem como ao Ítalo e a Bárbara, que foram meus parceiros durante os bons e maus momentos no decorrer desse curso, sendo fundamentais para que eu chegasse ao fim dessa graduação.

Ao Observatório da Indústria e todos aqueles que o compõe, em particular à equipe de Inteligência Competitiva, por meio da qual tive a oportunidade de trabalhar com pessoas extremamente qualificadas e ter muitos aprendizados. A Duda, David e Rayssa, especialmente, por todos os ensinamentos, paciência e amizade durante os últimos anos.

Por fim, à Laís Veloso, que pelo último ano, por meio de muitas conversas e conselhos, vem sendo uma grande mentora e amiga, contribuindo para o meu crescimento profissional e pessoal de forma ímpar.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo estudar as principais políticas públicas com foco na primeira infância no estado do Ceará. Nesse contexto, são apresentados o objetivo, público-alvo, critérios de elegibilidade e modo de atuação de quatro diferentes programas, estaduais e federais, em vigência no estado: Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil, Cartão Mais Infância Ceará, Criança Feliz e Programa Bolsa Família. Além disso, foram analisadas as sobreposições entre os programas federais e estaduais, de modo a identificar possíveis duplicidades em municípios e/ou público-alvo. Outrossim, foram elaborados indicadores em prol de estimar a cobertura de três destes programas (Cartão Mais Infância, Criança Feliz e Programa Bolsa Família) nos municípios cearenses, visando compreender a porcentagem de atendimento das políticas, bem como o perfil dos municípios que foram mais e menos beneficiados. Por fim, foram utilizados os mesmos indicadores para calcular as taxas de atendimento dos programas federais para os outros estados do Nordeste, em prol de compreender como o estado está posicionado à nível regional no que tange o recebimento de benefícios para essas políticas. Os principais resultados encontrados nesse estudo foram de que o CMIC possui boa focalização nos municípios com pior desempenho nos indicadores de desenvolvimento humano e pobreza. Do mesmo modo, pode-se observar essa ação mais focalizada no Programa Criança Feliz, enquanto o PBF possui uma característica mais universal.

Palavras-chave: Primeira infância; Políticas públicas; Ceará.

Código JEL:I18, J13, J18

ABSTRACT

This present study aims to study the main public policies focused on early childhood in the state of Ceará. In this context, it will be presented the objective, target audience, eligibility criteria and actions of four different programs, state and federal, in course at the state: *Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil*, *Cartão Mais Infância Ceará*, *Criança Feliz* and *Programa Bolsa Família*. Furthermore, overlaps between federal and state programs were analyzed to identify possible duplications in municipalities and/or target audiences. In addition, indicators were developed to estimate the coverage of three of these programs (*Cartão Mais Infância*, *Criança Feliz* and *Programa Bolsa Família*) in the municipalities of Ceará, in order to understand the percentage of compliance with the policies, as well as the profile of the municipalities that were more and less benefited. Finally, the same indicators were used to calculate the attendance rates of federal programs for the other states of the Northeast, so that it would be possible to understand how the state is positioned at the regional level in terms of receiving benefits for these policies. The main results found in this study were that the CMIC has a good focus on municipalities with the worst performance in human development and poverty indicators. In the same way, it can be perceived the same focused action on the *Programa Criança Feliz*, while the PBF has a more universal characteristic.

Keywords: Early childhood; Public policies; Ceará

JEL Code: I18, J13, J18

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Municípios selecionados inicialmente para o receber o Programa de Desenvolvimento Infantil - PADIN (2017)	21
Figura 2: Municípios atendidos pelo Programa de Desenvolvimento Infantil - PADIN (2021)	21
Figura 3: Cobertura do Cartão Mais Infância por município (Indicador Geral), Ceará, 2021.....	28
Figura 4: Cobertura do Cartão Mais Infância por município (CMIC 1), Ceará, 2021.....	30
Figura 5: Cobertura das visitas do Criança Feliz por município (Indicador Geral), Ceará, 2020.....	31
Figura 6: Cobertura das visitas às crianças do Criança Feliz por município (PCF 1), Ceará, 2020.	32
Figura 7: Cobertura das visitas às gestantes do Criança Feliz por município (PCF 2), Ceará, 2020.	33
Figura 8: Cobertura do Programa Bolsa Família por município (Indicador Geral), Ceará, 2020.....	35
Figura 9: Cobertura das visitas do Criança Feliz por estado (Indicador Geral), Nordeste, 2020.....	38
Figura 10: Cobertura das visitas às crianças do Criança Feliz por estado (PCF 1), Nordeste, 2020.	38
Figura 11: Cobertura das visitas às gestantes do Criança Feliz por estado (PCF 2), Nordeste, 2020.....	39
Figura 12: Cobertura do Programa Bolsa Família por estado (Indicador Geral), Nordeste 2020.....	40

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Cobertura das visitas às gestantes do Programa Criança Feliz, Ererê, 2019 e 2020.....	34
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Interseção entre municípios dos programas estaduais e federais no Ceará....	24
Quadro 2:	Interseção entre o público-alvo dos programas estaduais e federais no Ceará.....	24
Quadro 3:	Interseção entre critérios de elegibilidade dos programas estaduais e federais no Ceará.....	25
Quadro 4:	Indicadores para estimar a cobertura dos programas analisados.....	27
Quadro 5:	Indicadores de cobertura dos programas.....	27

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADI	Agentes de Desenvolvimento Infantil
CadÚnico	Cadastro Único do Governo Federal
CMIC	Cartão Mais Infância Ceará
CRAS	Centros de Referências de Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
Padin	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil
PBF	Programa Bolsa Família
PIM	Primeira Infância Melhor
Seduc	Secretaria da Educação do Estado do Ceará
SPS	Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 PROGRAMAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA NO BRASIL E NO CEARÁ	16
2.1 Programas Federais	17
2.2 Programas Estaduais	20
3. A SOBREPOSIÇÃO ENTRE PROGRAMAS ESTADUAIS E FEDERAIS NO CEARÁ	23
3.1 Municípios	23
3.2 Público-alvo	24
3.3 Critérios de elegibilidade	24
4. TAXA DE COBERTURA DOS PROGRAMAS NO CEARÁ	26
4.1 Indicadores	26
4.2 Análise e discussão dos Resultados	28
4.2.1 Cartão Mais Infância (CMIC)	28
4.2.2 Programa Criança Feliz	30
4.2.3 Programa Bolsa Família	34
5 TAXA DE COBERTURA DOS PROGRAMAS FEDERAIS NO NORDESTE	37
5.1 Programa Criança Feliz	37
5.2 Programa Bolsa Família	39
6 CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS	43
ANEXO A – RANKING DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL, CEARÁ, 2010	45
ANEXO B – RANKING DE MUNICÍPIOS POR PROPORÇÃO DE EXTREMAMENTE POBRES (%), CEARÁ, 2010	49

1 INTRODUÇÃO

A primeira infância é considerada fundamental para a formação de capital humano, haja vista que é nesse período que os indivíduos desenvolvem muitas das habilidades que serão fundamentais para seu sucesso no futuro, e que caso não aprendam no período adequado, irão necessitar de um esforço muito maior no futuro (CUNHA; HECKAMN, 2011).

Como o *background* familiar apresenta forte influência no desenvolvimento infantil e, por isso, políticas devem ser focadas para mitigar a desigualdade de oportunidades no começo da vida. Anazawa *et al* (2016), por exemplo, observaram que a escolaridade da mãe possui um papel importante nas chances de obter bons resultados educacionais no seu futuro, seja por efeito direto das condições socioeconômicas favoráveis de seu ambiente familiar ou pelo efeito positivo dos pares nas instituições de ensino que estes indivíduos frequentaram.

Nesse contexto, esse pode ser um mecanismo que reforça, podendo até ampliar, as desigualdades sociais, visto que a depender da família que o indivíduo venha a nascer, ele terá mais ou menos chances de sucesso no seu futuro. Desse modo, é importante que o governo venha a intervir por meio de políticas públicas que visam quebrar o ciclo intergeracional da pobreza e assegurem oportunidades para todos.

Desse modo, é importante ressaltar os efeitos importantes que intervenções na primeira infância têm no futuro dos indivíduos que participam desses. Nos Estados Unidos, alguns programas como o *Early Training Project*, *Carolina Abecedarian Project* e *Perry Preschool Project* apresentaram resultados positivos em seus participantes, até mesmo após a vida adulta (CURRIE, 2001).

Segundo Currie (2001), esses programas possuem a vantagem de terem sido aleatorizados, ou seja, aqueles que participaram do programa como tratados e grupo de controle, eram escolhidos de forma aleatória. Além disso, esses programas sofreram de pouco atrito, que consiste na saída dos participantes do experimento, o que possibilitou o acompanhamento dos indivíduos e boas avaliações de seus efeitos.

Nesse contexto, o *Early Training Project* era um programa de visitação familiar semanal direcionado a crianças de quatro e cinco anos, em que elas participavam de aulas de meio período por dez semanas. Os resultados demonstraram que aquelas que participaram como tratadas tiveram menor necessidade de ter educação especial no futuro (CURRIE, 2001).

O *Carolina Abecedarian Project* acompanhou dois grupos de crianças, tratado e controle que foram aleatorizadas nos grupos após o nascimento, em que os tratados receberam serviços diferenciados para apoiar as famílias no desenvolvimento infantil. Na primeira fase, o programa acompanhou as crianças do 0 aos 5 anos, diariamente durante 50 semanas do ano (CURRIE, 2001). Os efeitos foram robustos e aqueles que receberam o tratamento na primeira infância tiveram melhores resultados nos testes e tinham duas vezes mais chance de permanecer na escola. Esse programa consistiu

O *Perry Preschool Project* foi um programa conduzido nos anos 1960 em Michigan e tinha como público-alvo crianças de 3 anos com baixo QI. Ele consistia em aulas adicionais com duração de duas horas e meia durante o período do calendário escolar em paralelo a realização de visitas domiciliares pelos professores. Os indivíduos foram observados até os 40 anos, em que foi possível perceber os efeitos positivos do programa em diversos aspectos, desde empregabilidade e educação, até o número de prisões (HECKMAN *et al*, 2010).

Uma das críticas aos programas de primeira infância, é que muitos deles conseguem ter efeito apenas em pequena escala e ao tentar escalonar, perdem-se os efeitos observados. Em Currie (2001), foi realizado um levantamento dos resultados em programas de primeira infância de larga-escala, em que se observa a presença de efeitos positivos em escolaridade, testes de habilidade, indicadores de saúde e criminalidade nos programas públicos *Chicago Child-Parent Center and Expansion Program* e *Head Start*. Tal resultado demonstra que é possível implementar políticas públicas desde que os programas sejam bem desenhados e planejados de modo que possam impactar de forma positiva a vida dos indivíduos.

No Brasil, o Primeira Infância Melhor (PIM), foi um dos pioneiros no país nessa temática, sendo implementado em 2003 no Rio Grande do Sul. O programa dispõe de visita domiciliar semanal, em que os profissionais interagem com as famílias e acessam suas principais necessidades, bem como as potencialidades e capacidades das crianças (SCHNEIDER; RAMIRES, 2007)

No tocante aos efeitos do programa, há na literatura brasileira uma produção de artigos que buscam analisar esses resultados, sejam eles a partir de melhoras em indicadores de saúde, educação ou desenvolvimento dos indivíduos. Ribeiro *et al* (2018) apresenta evidências robustas de que as intervenções do PIM têm efeito positivo na redução da mortalidade infantil. Bernardes (2010) observou a partir de um estudo de caso, que crianças cujas famílias

participaram do PIM tiveram melhor desempenho na escola, bem como uma melhor integração na comunidade.

Além disso, é importante destacar que umas das principais políticas públicas que buscam reduzir as desigualdades sociais são as de transferência de renda para os indivíduos mais pobres. Medeiros *et al* (2007) realizaram um estudo sobre dois programas que atuam dessa maneira no Brasil, em que foi possível observar efeitos positivos na redução de indicadores de pobreza e desigualdade, bem como a melhora em indicadores educacionais, mesmo naquele que não está associado a condicionalidades.

Diante disso, e considerando os esforços empregados, tanto pelo Governo Federal quanto pelo Governo do Estado do Ceará em políticas públicas voltadas para a primeira infância visando reduzir a desigualdade social, o principal objetivo desse trabalho é estudar os programas de primeira infância em vigência no Ceará. Além de discorrer sobre as interseções com os programas federais.

Para alcançar esse objetivo, optou-se por estruturar esta monografia em mais cinco seções, além desta introdução. Na seção 2 são apresentados os programas voltados para a primeira infância no Ceará, detalhando seus objetivos, público-alvo e critérios de elegibilidade. Já na seção seguinte são observadas as sobreposições das políticas que atuam no território cearense detalhadas anteriormente. Em seguida, são avaliadas as taxas de coberturas do Cartão Mais Infância Ceará (CMIC), Programa Criança Feliz (PCF) e Programa Bolsa Família (PBF), de modo que são apresentados os indicadores elaborados e os dados utilizados, tal qual os resultados obtidos. Na penúltima seção é feito uma avaliação da cobertura dos estados do Nordeste, de modo a entender como o Ceará está posicionado regionalmente em relação às políticas federais. Por fim, no último tópico é apresentada a conclusão do trabalho.

2 PROGRAMAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA NO BRASIL E NO CEARÁ

Nos últimos anos, o governo do estado do Ceará tem avançado na implementação de políticas públicas voltadas para a infância buscando reduzir a pobreza intergeracional no estado. Em 2015 foi instituído no estado o Programa Mais Infância (PMI), uma política multissetorial que tem como objetivo apoiar o desenvolvimento integral das crianças cearenses e que foi consolidada em 2021, por meio da Lei Estadual Nº 17.380. Atualmente, esse programa possui quatro eixos principais: Tempo de Nascer, Tempo de Crescer, Tempo de Aprender e Tempo de Brincar. Nestes eixos são desenvolvidas diversas ações, dentre as quais estão o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (Padin) e o CMIC, que tem como foco de atuação a primeira infância. Atualmente, esses programas estão na fase de expansão, ampliando tanto o número de municípios de atuação quanto o seu público-alvo (SEDUC, 2022).

No âmbito federal, existem alguns programas com atuação semelhante aos do estado do Ceará, nos últimos anos várias ações voltadas para a primeira infância surgiram, como o PCF. Nesse contexto, Venancio (2020) argumenta que a aprovação do Marco Legal da Primeira Infância foi essencial para o avanço dessa temática no país, ao definir princípios norteadores para as políticas públicas, destacando principalmente a importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento infantil.

Além disso, é importante mencionar o PBF, que apesar de não ter como foco a primeira infância, merece destaque nessa seção visto que, anos após sua implementação o programa apresenta diversos resultados positivos, transbordando seus objetivos iniciais, e tendo efeito em vários índices educacionais e de saúde, especialmente dentre as crianças (MARTINS; RÜCKERT, 2019).

Nesta seção, serão descritos os quatro programas mencionados acima, de modo que seja possível ter uma visão geral do objetivo, público-alvo, critérios de elegibilidade, municípios que atuam e como as ações deles estão estruturadas. Na subseção 3.1 serão abordados os programas federais e no 3.2 os programas estaduais.

2.1 Programas Federais

Fundamentado no Marco Legal da Primeira Infância, o PCF foi um programa intersetorial de visitação domiciliar estabelecido pelo Governo Federal por meio do Decreto nº 8.869 em 2016. Esse programa tem como principal objetivo estimular o desenvolvimento infantil saudável de crianças em situação de vulnerabilidade social por meio do apoio aos pais e cuidadores visando quebrar o ciclo da pobreza. Além disso, também constam como objetivos do programa o apoio à gestante nos cuidados para o parto e o fortalecimento dos vínculos dos pais e cuidadores com as crianças, bem como o direcionamento e fortalecimento de políticas públicas voltadas para o apoio aos indivíduos na primeira infância.

O público-alvo do programa é: i) grávidas e famílias que possuem crianças de até 36 meses que recebem o benefício do Programa Bolsa Família; ii) famílias que possuem crianças de até 72 meses e recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC); iii) Crianças de até 72 meses que estão afastadas de suas famílias em razão de uma medida de proteção.

Cabe destacar a importância em selecionar crianças com deficiência de forma prioritária, visto que, muitas vezes, elas sofrem algum tipo de discriminação colocando-as em uma situação ainda maior de vulnerabilidade. Segundo o relatório da UNICEF “*Seen, Counted, Included*” (2021) quando comparamos as medidas de bem-estar de crianças com deficiência com as daquelas que não possuem deficiências, percebe-se que as primeiras estão em desvantagem na maior parte das métricas observadas. Além disso, a proporção de pessoas com deficiência que reportaram sofrer algum tipo de discriminação ou assédio estava acima da média de pessoas sem deficiência que reportaram sofrer os mesmos episódios em diversos países no mundo. Nesse contexto, é importante que os governos elaborem políticas públicas voltadas para esses indivíduos, como ocorre no PCF, de modo a reduzir as desigualdades e elevar a qualidade de vida desses.

Além disso, é importante destacar a característica intersetorial do programa, um dos pilares do PCF. Essa característica é fundamental para os esforços de promoção do desenvolvimento infantil, visto que permite que as famílias atendidas tenham informações e acesso a outros serviços e políticas públicas que possam vir atender algumas de suas necessidades. Cabe ressaltar o importante papel que os visitantes possuem na intersetorialidade do programa, pois ele que está em contato direto com os beneficiários, além de ser responsável por identificar as principais demandas e dar a orientação necessária para eles.

Para tanto, os visitantes são orientados, por meio de uma cartilha entregue pelo governo, de como proceder de acordo com a situação apresentada pela família. (BRASIL, 2017)

Em relação à cobertura do programa nos municípios cearenses, em 2018 e 2019, apenas dois municípios cearenses não foram beneficiados pelo PCF (São João do Jaguaribe e Senador Pompeu). Já no ano seguinte, todas as 184 cidades do estado receberam o programa, e em 2021 apenas a cidade de Itaitinga não participou do programa de visitação.

Já o PBF   uma política pública que surgiu em 2003 a partir da unifica o de outros programas federais cujo objetivo   reduzir a pobreza. O PBF conta com três eixos: i) a transferência de renda direta para os beneficiários; ii) a atua o do programa por meio de condicionalidades, o que amplia o acesso das famílias a direitos básicos de saúde e educa o; iii) a atua o conjunta com outras áreas do governo em prol de apoiar essas famílias na supera o da situa o de pobreza que se encontram. (BRASIL, 2015)

O PBF tem como público-alvo pessoas que vivem na pobreza e extrema pobreza, para delimitar os que podem participar do programa, o Bolsa Família estabeleceu um limite de renda para caracterizar cada um dos grupos. Desse modo, foram considerados extremamente pobres as famílias que possuíam renda de até R\$ 89,00 mensal por pessoa, ao passo que os pobres foram classificados como aquelas que possuíam renda mensal de R\$ 89,01 a R\$ 178,00, porém para estes últimos a participa o no programa estava vinculada a existência de uma criança ou adolescente na família. (BRASIL, 2019)

Segundo o Ministério da Cidadania, em 2019, o programa possuía diversos tipos de benefícios, sendo um básico, no valor de R\$ 89,00, e outros quatro variáveis, a depender da composi o familiar. Além disso, este funcionava atrelado a condicionalidades relacionadas   frequência escolar das crianças e adolescentes da família, bem como o acompanhamento vacinal de crianças e consultas pré-natal de gestantes. O intuito das condicionalidades não   punir as famílias, mas identificar possíveis problemas que as impeçam de terem acesso a serviços básicos e buscar formas de garanti-las esses direitos. (BRASIL, 2015, p.6-11)

Assim como nos programas citados anteriormente, o PBF tem uma forte característica intersetorial que busca mitigar a pobreza por meio da concessão do acesso a serviços básicos. Para tanto, o programa teve diversas iniciativas, especialmente no âmbito do monitoramento de a oes e indicadores, de modo a fomentar as decisões em rela o às áreas de atua o nas três esferas governamentais. Nesse contexto, o Cadúnico foi instrumento fundamental para o

sucesso do programa, atuando não apenas como plataforma de cadastro dos beneficiários, mas também na atualização e fiscalização dos dados. (CAMPELLO; NERI, 2013)

2.2 Programas Estaduais

Existem na literatura inúmeras evidências que a educação infantil tem efeito positivo, tanto no desenvolvimento de habilidades não cognitivas, como mostram Garces *et al.* (2002) e Gertler e Fernald (2004), como também na renda, salários e escolaridade, segundo Curi e Menezes Filho (2009). O estado do Ceará apresenta bom desempenho no acesso à pré-escola, figurando inclusive acima da média nacional, segundo a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2020), entretanto, fica abaixo da média brasileira em relação a frequência em creches, oferecendo acesso a apenas 32,2% das crianças de 0 a 3 anos. Visando mitigar os prejuízos daqueles que não possuem acesso à essa primeira etapa da educação básica foi criado o Programa de Desenvolvimento Infantil, uma política com foco nos habitantes da zona rural, que busca apoiar pais e cuidadores, de modo que eles pudessem propiciar experiências positivas e atuar como agentes diretos do desenvolvimento integral das crianças.

Baseado no critério estabelecido pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), de que os municípios prioritários seriam aqueles que possuíam maior proporção de pessoas em situação de pobreza e em condição de vulnerabilidade social, foram selecionados inicialmente 36 municípios para receber o programa, os quais podemos observar na Figura 1.

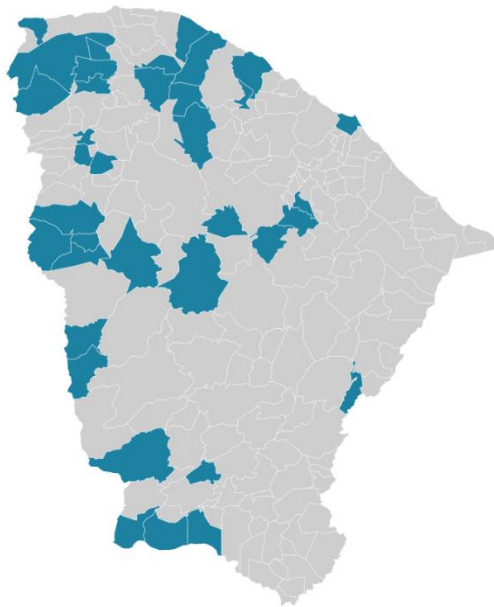
Ainda em 2017, quatro municípios desistiram do programa (Aiuaba, Araripe, Iraporanga e Poranga). No ano seguinte, o programa foi expandido passando a atender mais quinze municípios, atualmente o programa mantém sua atuação nas 47 cidades que podem ser observadas na Figura 2.

O público-alvo do Padin eram famílias que viviam em situação de desamparo social e extrema pobreza, além de famílias beneficiárias do CMIC. Durante a seleção das participantes, foram escolhidas aquelas que tinham o maior número de crianças na faixa etária do bolsa família, além do mais, esta deveria possuir uma criança de 0 a 47 meses de idade em quem os atendimentos seriam realizados. Outrossim, dentre os que cumpriram os requisitos citados anteriormente, para ingressar no programa foram priorizadas aquelas crianças que estavam entre 0 e 11 meses, visando um maior tempo de permanência no programa.

Dado que o programa visa atingir crianças que não possuem acesso à educação infantil, ele foi estruturado por meio de visitas domiciliares, nas quais eram realizadas atividades de brincadeira e desenvolvimento da linguagem buscando estimular o desenvolvimento integral das crianças. Além de buscar fortalecer os vínculos familiares, o programa também tinha como

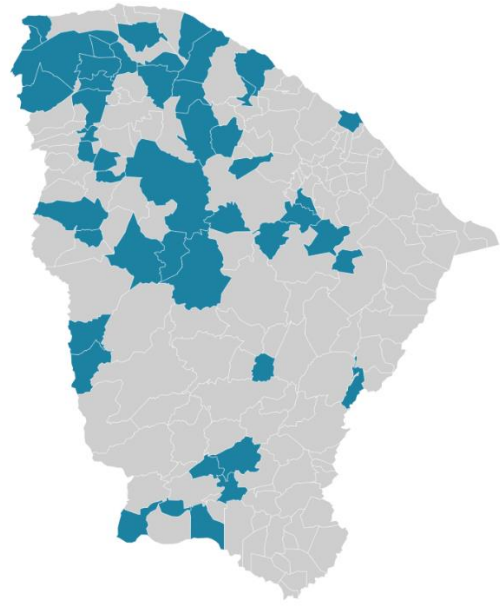
objetivo estreitar os relacionamentos dentro da comunidade por meio de encontros comunitários, fundamental para as experiências de socialização das crianças. (LEITE *et al*, 2020).

Figura 1: Municípios selecionados inicialmente para o receber o Programa de Desenvolvimento Infantil - PADIN (2017)



Fonte: Elaborado a partir dos dados da SEDUC pelo Datawrapper.

Figura 2: Municípios atendidos pelo Programa de Desenvolvimento Infantil - PADIN (2021)



Fonte: Elaborado a partir dos dados da SEDUC pelo Datawrapper.

As visitas domiciliares do programa são realizadas pelos Agentes de Desenvolvimento Infantil (ADI). Esses profissionais recebem inicialmente uma capacitação de 80 horas sobre temas relacionados ao desenvolvimento infantil e parentalidade, de modo a auxiliar as famílias beneficiárias. Durante as visitas que ocorrem de forma quinzenal, os ADIs leem os materiais distribuídos pelo Padin com a família, que abordam formas de estimular o desenvolvimento e a criação de vínculos afetivos entre os pais e as crianças (PIRES; MOTA, 2020).

É bem documentado na literatura que a pobreza tem efeitos negativos no desenvolvimento durante a infância, inclusive em aspectos físicos e neurológicos (WIJEAKUMAR *et al*, 2019). Buscando combater a pobreza infantil e os seus efeitos nas crianças, o Estado lançou, em dezembro de 2017, o CMIC, um programa que visa transferir

renda para famílias que possuem crianças de 0 a 6 anos e se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Inicialmente, o programa teve como público-alvo famílias cearenses que estavam no CadÚnico, recebiam o Bolsa Família e possuíam uma renda *per capita* de até R\$ 89,00 por mês, além do mais foi adotado como critério de vulnerabilidade que a família residisse em uma moradia inadequada (sem água encanada em pelo menos um cômodo, material de construção inadequado e/ou não ter banheiro dentro da propriedade).

Esse programa passou por algumas extensões no seu público-alvo nos últimos anos. Em 2021, o critério de vulnerabilidade se estendeu para famílias que residiam em domicílios coletivos ou improvisados e posteriormente, incentivado pela crise causada pelo Novo Coronavírus (SARS-CoV-2), o programa passou por uma nova ampliação, fazendo com que o número de beneficiárias mais que triplicasse e o programa estivesse presente em todos os 184 municípios do estado. Além disso, o valor do benefício também foi elevado, saindo de R\$ 89,00 para R\$ 100,00.

É importante destacar que esse programa busca quebrar o ciclo da pobreza, no entanto, sabe-se que ele atua como uma medida de emergência, fazendo-se necessário a realização de outras políticas públicas voltadas para essas famílias. Por esse motivo, o CMIC, também trabalha em conjunto com os Centros de Referências de Assistência Social (CRAS), além de designar Agentes Sociais Mais Infância para atuar próximos das famílias beneficiárias.

Os Agentes Sociais Mais Infância são fundamentais no acompanhamento das famílias, bem como no auxílio para incentivar o desenvolvimento infantil das crianças. É importante destacar que os agentes são pessoas com pós-graduação que, preferencialmente já residem no município, logo possuem uma ligação com os moradores da região facilitando o contato e convívio com os beneficiários.

3. A SOBREPOSIÇÃO ENTRE PROGRAMAS ESTADUAIS E FEDERAIS NO CEARÁ

Segundo Rodríguez (2020), em países cujo poder é descentralizado há a tendência de que ocorra uma sobreposição nas políticas públicas. Isso ocorre pois quando as jurisdições das políticas públicas não são tão claras os menores níveis do governo tendem a bloquear ou copiar as políticas públicas do governo central. Para os fins deste projeto, é importante entender as interações entre os programas analisados, de modo a tentar compreender os principais responsáveis pelos efeitos observados, possíveis tendências de concentração geográfica ou etária entre as políticas e se há duplicidade nas ações implementadas pelos programas analisados.

Nesta seção, serão analisadas as sobreposições entre os quatro programas citados anteriormente, no subtópico 3.1 será abordado a convergência entre municípios, no 3.2 do público-alvo e no 3.3 dos critérios de elegibilidade.

3.1 Municípios

Ao analisar os municípios de atuação dos programas abordados, percebe-se que o Padin possui a ação mais direcionada entre as quatro políticas, agindo em apenas 47 cidades em 2021, ao passo que os outros três programas agiram em praticamente todo o estado cearense.

Cabe destacar que o CMIC e o PBF, programas com escopo similar estão presentes em todos os municípios do Ceará. Já entre os dois que têm como principal característica a visita familiar, nota-se que o PCF possui uma cobertura mais abrangente no território, deixando de atingir apenas um município.

Quadro 1: Interseção entre municípios dos programas estaduais e federais no Ceará

Programas	Padin	Cartão Mais Infância
Bolsa Família	Granja, Choró, Miraíma, Santa do Acaraú, Graça, Novo Oriente, Amontada, Moraújo, Viçosa do Ceará, Itatira, Uruoca, Ipueiras, Santa do Cariri, Barroquinha, Ararendá, Quiterianópolis, Pereiro, Morrinhos, Martinópole, Salitre, Itapiúna, Reritaba, Boa Viagem, Itarema, Irauçuba, Capistrano, Tamboril, Tururu, Mucambo, Trairi, Tarrafas, Fortaleza, Tejuçuoca, Bela Cruz, Chaval, Coreaú, Pires Ferreira, Senador Sá, Paramoti, Santa Quitéria, Ibicuitinga, Ibaretama, Cariús, Monsenhor Tabosa, Deputado Irapuan Pinheiro, Potengi e Farias Brito.	184 municípios do Ceará
Criança Feliz	Granja, Choró, Miraíma, Santa do Acaraú, Graça, Novo Oriente, Amontada, Moraújo, Viçosa do Ceará, Itatira, Uruoca, Ipueiras, Santa do Cariri, Barroquinha, Ararendá, Quiterianópolis, Pereiro, Morrinhos, Martinópole, Salitre, Itapiúna, Reritaba, Boa Viagem, Itarema, Irauçuba, Capistrano, Tamboril, Tururu, Mucambo, Trairi, Tarrafas, Fortaleza, Tejuçuoca, Bela Cruz, Chaval, Coreaú, Pires Ferreira, Senador Sá, Paramoti, Santa Quitéria, Ibicuitinga, Ibaretama, Cariús, Monsenhor Tabosa, Deputado Irapuan Pinheiro, Potengi e Farias Brito.	Dos 184 municípios cearenses apenas Itaitinga não aderiu ao Criança Feliz em 2021

Fonte: Elaboração própria

3.2 Público-alvo

Os programas possuem interseções dos públicos-alvo, observe que o foco é na primeira infância no caso do Mais Infância (isto é, Padin e CMIC) e do PCF. Por outro lado, o PBF atende possui maior abrangência em relação ao perfil etário, incluindo os jovens. Os quatro programas possuem atuação nos primeiros anos da infância, especialmente a faixa etária de 0 a 36 meses, que é o ponto de convergência das quatro políticas. É importante pontuar que entre os quatro analisados, o PBF e o CMIC possuem a maior abrangência etária atingindo conjuntamente crianças de 0 a 6 anos.

Quadro 2: Interseção entre o público-alvo dos programas estaduais e federais no Ceará

Programas	Padin	Cartão Mais Infância
Bolsa Família	Crianças de 0 a 47 meses	Crianças de 0 a 6 anos
Criança Feliz	Crianças de 0 a 36 meses	Crianças de 0 a 36 meses

Fonte: Elaboração própria

3.3 Critérios de elegibilidade

Os critérios de elegibilidade dos programas, em geral, estão com base na renda para definir a linha de pobreza, a exceção do Padin.

Quadro 3: Interseção entre critérios de elegibilidade dos programas estaduais e federais no Ceará

Programas	Padin	Cartão Mais Infância
Bolsa Família	Pobreza	Renda
Criança Feliz	-	Renda

Fonte: Elaboração própria.

4. TAXA DE COBERTURA DOS PROGRAMAS NO CEARÁ

Ao analisar políticas públicas é fundamental que seja observado a cobertura da população atingida nos municípios. Desse modo, nesta seção serão apresentados os indicadores elaborados para estimar o atendimento de cada um dos programas analisados neste projeto, bem como os principais resultados observados.

Ademais, após a estimação da população atendida por esses programas serão observadas algumas características dos municípios com maior e menor cobertura a fim de compreender o perfil das cidades mais beneficiadas, e se está em consonância com os objetivos das políticas avaliadas.

Essa seção é subdividida em dois tópicos, em que a primeira consiste na apresentação dos indicadores e o segundo na apresentação dos resultados de cada programa. Devido a particularidade dos indicadores, o segundo tópico será dividido em três partes: no subtópico 4.2.1 será analisado o CMIC, em seguida, no 4.2.2 o PCF e, por fim, no 4.2.3 o PBF.

4.1 Indicadores

Os indicadores para analisar a cobertura da população atingida foram elaborados considerando o público-alvo de cada programa, bem como alguns dos seus critérios de elegibilidade. Desse modo, devido às diferentes características que eles possuem, há apenas um indicador geral que é aderente aos três programas, para além deste serão utilizados indicadores individuais para cada uma das políticas buscando melhor compreender suas particularidades. No Quadro 4 estão descritos os indicadores que serão utilizados:

O indicador geral foi elaborado buscando estimar a cobertura dos atendimentos/benefícios em relação a quantidade de famílias na extrema pobreza visto que todos os programas analisados buscam reduzir a pobreza intergeracional. Logo, é importante entender em que magnitude esses programas estão atingindo essa parcela da população.

Os indicadores para analisar o CMIC e o PCF de forma individual foram preparados de modo a estimar o atendimento em relação à população que atende aos critérios de elegibilidade das políticas. Para tal, utilizou-se a quantidade de famílias beneficiárias do PBF em situação de extrema pobreza, como *proxy* para aqueles que estão aptos para receber o CMIC. Já para o PCF

aplicou-se o número de crianças de até 4 anos (PCF 1) e gestantes beneficiárias do PBF (PCF 2). No Quadro 5 são indicados a fonte das variáveis utilizadas, bem como a periodicidade utilizada no cálculo do indicador.

Quadro 4: Indicadores para estimar a Cobertura do Programas Analisados

Programas	Nome do Indicador	Metodologia de cálculo
Todos	Indicador Geral	$[(\text{Famílias visitadas/beneficiadas}) / (\text{Famílias em Extrema pobreza})] * 100$
Cartão Mais Infância	CMIC 1	$[(\text{Número de benefícios pagos do CMIC}) / (\text{Famílias beneficiárias no Programa Bolsa Família em situação de extrema pobreza})] * 100$
Criança Feliz	PGF 1	$[(\text{Crianças visitadas}) / (\text{Crianças beneficiárias do PBF de até 4 anos})] * 100$
Criança Feliz	PGF 2	$[(\text{Gestantes visitadas}) / (\text{Quantidade de benefício pagos a gestantes (Programa Bolsa Família})] * 100$

Fonte: Elaboração própria

Quadro 5: Indicadores de cobertura dos programas

Variável	Proxy	Fonte	Período	Metodologia
Famílias em Extrema Pobreza	Famílias em Extrema pobreza no CadÚnico	Ministério da Cidadania	2021	Média mensal de beneficiários cadastrados no ano
Número de benefícios do CMIC	-	Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS)	2021 e 2020	-
Famílias beneficiárias no Programa Bolsa Família em situação de extrema pobreza	-	Ministério da Cidadania	2019, 2020 e 2021	Média mensal de benefícios pagos no ano
Crianças visitadas pelo PCF	Visitas realizadas às crianças	Ministério da Cidadania	2020	Média mensal de atendimentos realizados no ano
Crianças beneficiárias do PBF de até 36 meses	Crianças beneficiárias do PBF de até 4 anos	Ministério da Cidadania	2020	Média mensal de beneficiários cadastrados no ano
Gestantes visitadas pelo PCF	Visitas realizadas às gestantes	Ministério da Cidadania	2020	Média mensal de atendimentos realizados no ano
Quantidade de gestantes que recebem o Bolsa Família	Quantidade de benefício pagos a gestantes (PBF)	Ministério da Cidadania	2020	Média mensal de benefícios pagos no ano

Fonte: Elaboração própria

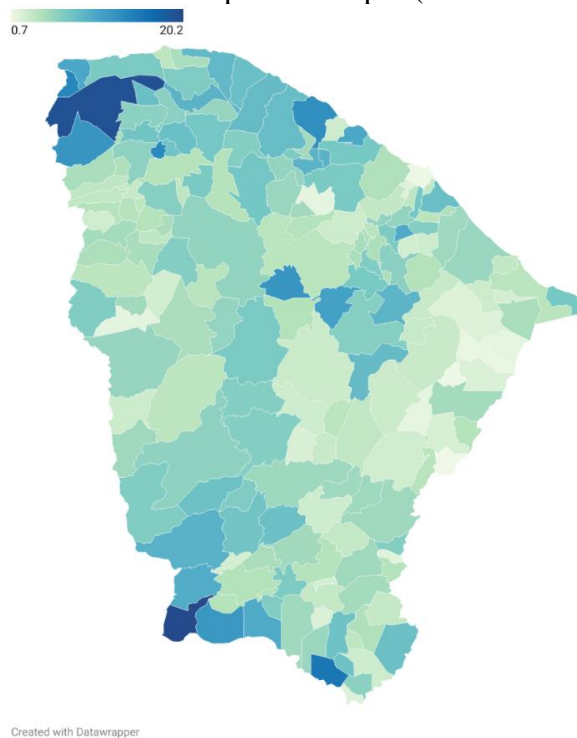
4.2 Análise e discussão dos Resultados

4.2.1 Cartão Mais Infância (CMIC)

Como apontado no Quadro 4, o CMIC será analisado por um indicador geral e um particular, o CMIC 1, que estima a cobertura do programa em relação à quantidade de benefícios recebidos pelo PBF.

Na Figura 3 constam as taxas de cobertura dos municípios cearenses de acordo com o indicador geral, que estima a quantidade de beneficiários do CMIC em relação a quantidade de famílias em situação de extrema pobreza.

Figura 3: Cobertura do Cartão Mais Infância por município (Indicador Geral), Ceará, 2021



Fonte: Elaborado a partir dos dados da Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS) e do Ministério da Cidadania por meio do Datawrapper.

O município que apresentou maior cobertura foi Salitre com uma taxa de atendimento de 20,2%, seguido por Granja, Jardim, Chaval e Alcântaras que marcaram 19,5%, 15,5%, 13,9% e 13,5%, respectivamente. Já as cidades de Ererê (0,7%), Fortaleza (0,8%), São João do

Jaguaribe (0,8%), Limoeiro do Norte (1,1%) e Jaguaribara (1,3%) apresentaram o pior desempenho do indicador no estado.

A cobertura média do estado ficou em 4,6% e 96 municípios tiveram um desempenho superior no indicador. Ao analisar o perfil dos municípios mais beneficiados, tem-se que daqueles que ocupam o último quartil da distribuição do *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) (ranking completo pode ser consultado no Anexo A), 69,6% estão acima da média de atendimentos do estado, enquanto essa estatística é de 59,8% quando se observa os dois últimos quartis.

De modo similar, quando é analisada a distribuição dos municípios por proporção de extremamente pobres (ranking completo da distribuição está presente no Anexo B), tem-se que daqueles que estão no primeiro quartil, 69,6% são de cidades que se encontram acima da média estadual de cobertura, ao passo que ao analisar os dois primeiros quartis a parcela é de 64,1%.

A partir desse indicador, pode-se inferir que o programa possui boa focalização naqueles municípios que possuem os piores indicadores de desenvolvimento humano e níveis de extrema pobreza.

Em seguida, serão apresentados os dados do segundo indicador. Na Figura 4 está representada a cobertura do Cartão Mais Infância, de acordo com o CMIC 1, em cada município cearense, de modo que quanto mais próximo do verde, menor é a cobertura estimada do programa na cidade, ao passo que quanto mais próximo do azul, maior a parcela da população atingida pelo programa.

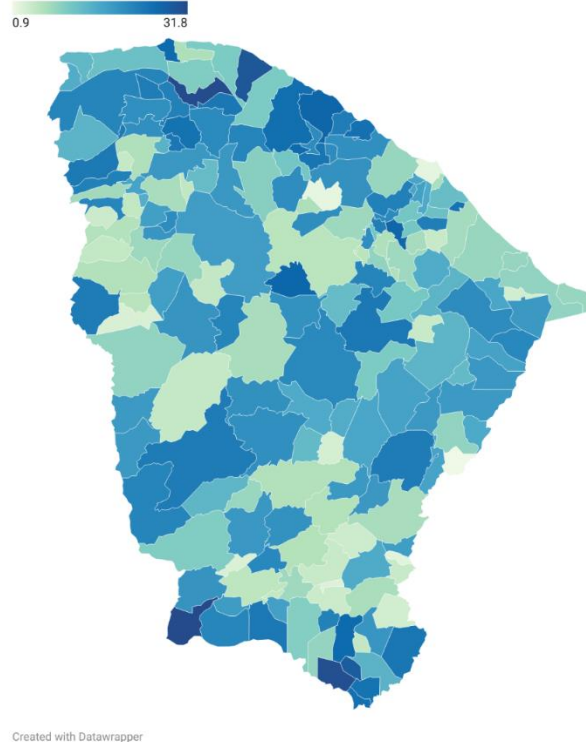
Ao analisar o indicador observa-se que o município com maior percentual de atendimentos é Salitre (31,8%), que possui o menor IDHM do Ceará e a 24ª maior taxa de pessoas vivendo na extrema pobreza, segundo dados do censo de 2010. Em seguida figuram Marco (31,6%), Jardim (31,2%), Itarema (29,7%) e Porteiras (28,6%). Por outro lado, Ererê (0,9%), Apuiarés (1,7%), Fortaleza (1,9%), Baixio (2,2%) e Granjeiro (2,6%) possuem as menores coberturas no estado.

Como mencionado anteriormente na seção 2, o CMIC passou por uma grande expansão de beneficiários entre 2020 e 2021, o que foi corroborado pelos resultados do indicador de cobertura estadual, que passou de 5,5% em 2020 para 12,7% em 2021. Do mesmo modo, pode-se observar um aumento no número de municípios que ficaram acima da cobertura estadual média, passando de 99 em 2020 para 109 no ano seguinte.

Cabe destacar que ao analisar o perfil dos municípios beneficiados, observou-se que, em 2020, daqueles que se encontravam acima da cobertura média estadual, 62,9% estavam entre os 100 menores IDHMs e 64,9% entre os 100 com maior percentual de pessoas em situação de extrema pobreza. Após a expansão do programa, a proporção das cidades que estavam acima da média do Ceará e figuravam entre as 100 mais pobres do estado caiu para 51,4%, redução que também foi observada na parcela que está entre 100 piores desempenhos no IDH-M (54,1%).

Tal resultado indica que a expansão do programa ocorreu de forma menos focalizada nos municípios com maiores índices de pobreza e menores índices de desenvolvimento humano.

Figura 4: Cobertura do Cartão Mais Infância por município (CMIC 1), Ceará, 2021



Fonte: Elaborado a partir dos dados da Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS) e do Ministério da Cidadania por meio do Datawrapper.

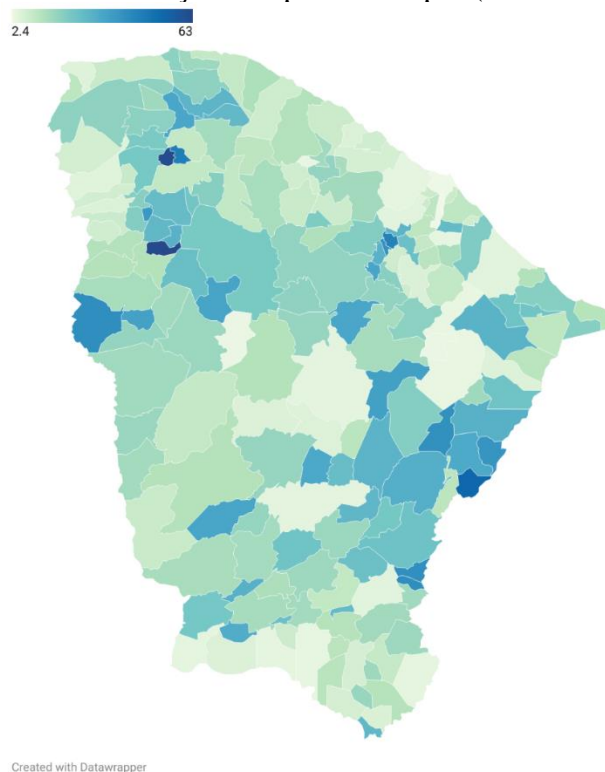
4.2.2 Programa Criança Feliz

Como detalhado no Quadro 4, o PCF será analisado por 3 indicadores de cobertura. Indicador geral, o PCF 1 e o PCF 2. O primeiro índice do Criança Feliz está relacionado à taxa

de atendimento às crianças, enquanto o segundo associa-se à abrangência das visitas realizadas com as gestantes.

Primeiro são apresentados os resultados do indicador geral, Figura 5, observe que os municípios com as maiores taxas de cobertura do programa no território cearense em 2020 são Pires Ferreira (63,0%), Alcântaras (62,7%), Ererê (53,6%), Meruoca (46,1%) e Pacoti (44,8%). A cidade com menor cobertura foi Itaitinga com 2,4%, seguida por Fortaleza, Ibicuitinga, Monsenhor Tabosa e Uburetama com 2,9%, 3,2%, 3,2% e 3,6%, respectivamente.

Figura 5: Cobertura das visitas do Criança Feliz por município (Indicador Geral), Ceará, 2020.



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Ministério da Cidadania por meio do Datawrapper.

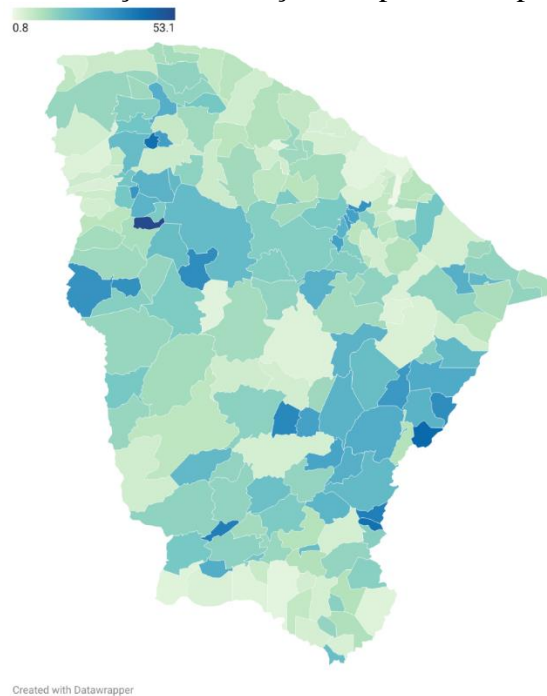
Realizando uma análise do perfil das 121 cidades que figuram acima da média do Ceará, a partir de estatísticas de IDH e proporção de pessoas em situação de extrema pobreza, tem-se que dentre as cidades na última parte da distribuição daquele, 76,1% possuem desempenho superior ao do estado, ao passo que a mesma proporção se repete quando é observada a primeira parte da distribuição desse.

Em seguida serão apresentados os resultados do primeiro indicador específico para a análise do Criança Feliz, o PCF 1. As taxas de cobertura em relação às visitas realizadas com crianças podem ser observadas na Figura 6.

Ao analisar o resultado do indicador, tem-se que o município com maior cobertura é Pires Ferreira com 53,1%, seguido por Ererê (44,4%), Alcântaras (42,8%), Baixio (42,1%) e Antonina do Norte (38,5%). Por outro lado, Itaitinga (0,8%), Fortaleza (2,3%), Crato (2,6%), Pacajus (2,7%) e Caucaia (2,9%) apresentaram os piores índices de atendimento.

A cobertura média do PCF em relação às crianças atendidas está estimada em 9,1% no Ceará. Dos municípios cearenses analisados, 121 estão acima da média do estado, sendo que nestes estão incluídos 78,3% dos municípios do último quartil da distribuição do IDHM e 73,9% dos municípios dos dois últimos quartis.

Figura 6: Cobertura das visitas às crianças do Criança Feliz por município (PCF 1), Ceará, 2020.



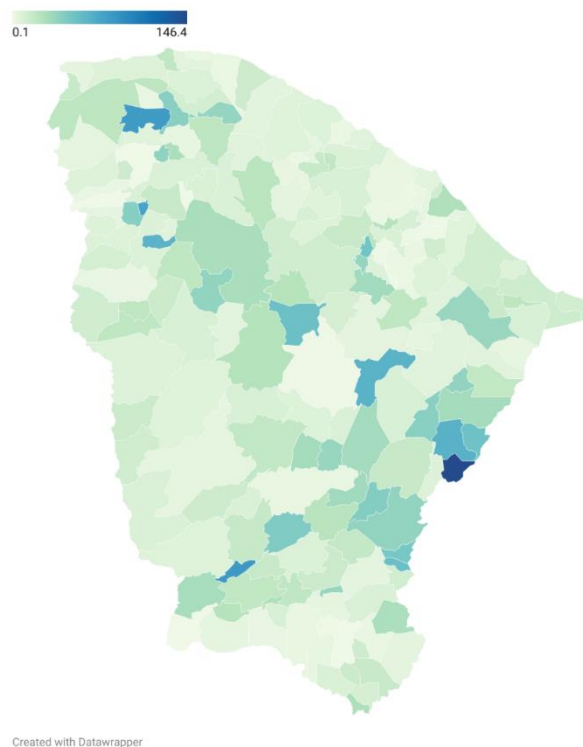
Fonte: Elaborado a partir dos dados do Ministério da Cidadania por meio do Datawrapper.

Em consonância com o observado anteriormente, quando é analisado o perfil dos municípios em relação a proporção de extremamente pobres, percebe-se que há uma focalização naqueles que possuem os maiores índices. Dentre as cidades que estão no primeiro quartil da distribuição do indicador de pobreza, 76,1% estavam acima da média estadual de cobertura do programa, ao passo que essa estatística é de 73,9% quando examinamos os dois primeiros quartis.

Por fim, será analisado o segundo indicador de cobertura do PCF. Na Figura 7 está representada a taxa de cobertura das visitas domiciliares realizadas a gestantes. Observe que o município de Ererê possui a maior cobertura do estado, 146,4%. Tal estatística pode ser

considerada anormal, visto que ainda que o município consiga atender todas as gestantes elegíveis ao programa (aquelas cadastradas no programa bolsa família), o máximo que o indicador deveria alcançar seria 100%. Desse modo, a fim de compreender se essa anomalia poderia ser causada por algum *outlier* na série, o que estaria ocasionando uma distorção na média dos atendimentos, foi coletado um intervalo temporal maior para o município e os dados foram analisados de forma mensal.

Figura 7: Cobertura das visitas às gestantes do Criança Feliz por município (PCF 2), Ceará, 2020.



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Ministério da Cidadania por meio do Datawrapper.

Os resultados podem ser observados pelo Gráfico 1, o comportamento anormal do índice ocorre em diversos meses diferentes no período observado. Desse modo, é possível que isso seja não resultado de alguma irregularidade nos dados, mas devido ao mau funcionamento da política, como a realização de atendimentos às gestantes não beneficiárias do bolsa família ou com uma frequência maior do que à instruída pelo programa.

De todo modo, ao prosseguir a análise do indicador de atendimento dos municípios cearenses, percebe-se que outros municípios também possuem altos índices de atendimento. Algumas cidades como Antonina do Norte e Uruoca apresentam taxas de cobertura acima dos 80%, seguidas por Pacujá (76,1%), Iracema (65,5%) e Banabuiú (65,0%). Em contrapartida,

alguns municípios possuem coberturas bem abaixo das observadas, tendo inclusive 8 cidades que possuem taxas de atendimento inferiores a 1%.

O indicador de atendimentos do Ceará ficou em 10,6% e 91 municípios ficaram acima desse resultado. Ao observar as cidades com a maior proporção de extremamente pobres, tem-se que 52,2% daquelas que estavam no primeiro quartil da distribuição e 53,3% que estavam nos dois primeiros se encontravam acima da média estadual do índice. Já em relação ao IDHM, das cidades que ocupavam o último quartil da distribuição, 63,0% estavam acima do indicador do Ceará, ao passo que esse valor caía para 57,6% quando se considera os dois últimos quartis.

Gráfico 1: Cobertura das visitas às gestantes do Programa Criança Feliz, Ererê, 2019 e 2020.



Criado com Datawrapper

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Ministério da Cidadania por meio do Datawrapper.

A partir da análise dos indicadores é possível inferir que esse programa possui boa focalização nas cidades com menores índices de desenvolvimento e maiores índices de pobreza em relação às visitas de modo geral e as direcionadas às crianças. Tal cenário tende a se alterar quando são observados os atendimentos a gestantes, em que há um menor foco nos municípios com piores indicadores.

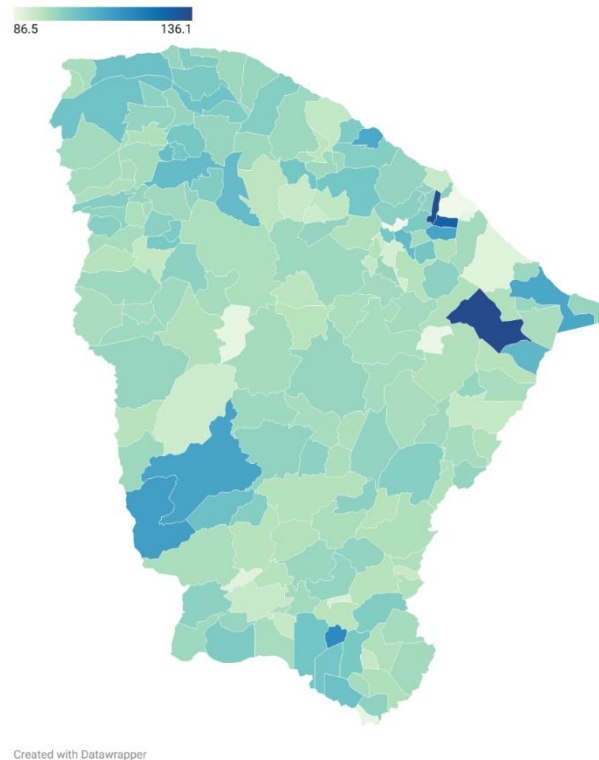
4.2.3 Programa Bolsa Família

A cobertura do PBF será analisada a partir da ótica do indicador geral, ainda que o escopo do programa não se restrinja a atender pessoas na extrema pobreza, visto que é

importante entender de que forma esse programa beneficia o grupo de pessoas mais vulneráveis e atua de modo a mitigar o problema da pobreza intergeracional.

No mapa da Figura 8 estão representados os resultados do índice geral para o PBF, indicador utilizado para mensurar a taxa de cobertura do programa nos municípios do Ceará.

Figura 8: Cobertura do Programa Bolsa Família por município (Indicador Geral), Ceará, 2020



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Ministério da Cidadania por meio do Datawrapper.

A partir dos resultados do indicador percebe-se que o Bolsa Família possui uma boa cobertura no Ceará em relação à população mais vulnerável, de modo que vários municípios apresentam taxas acima dos 100%, o que ocorre devido ao escopo do programa não se limitar às famílias em situação de extrema pobreza. Ao todo 94 cidades ficaram acima da média estadual (97,4%), sendo Russas (136,1%), Itaitinga (135,0%), Horizonte (129,6%), Juazeiro do Norte (118,8%) e Parambu (113,9%) os que registraram as maiores taxas de atendimento.

Ao realizar uma análise do perfil das cidades mais beneficiadas, tem-se que dentre aquelas que estavam nos dois primeiros quartis de distribuição da proporção de extremamente pobres, apenas 45,7% estavam acima do índice médio do estado. Um cenário similar pode ser observado ao analisar os dois últimos quartis da distribuição do IDHM, em que menos da metade (42,4%) das cidades estão acima da média de atendimento.

Tal resultado indica que o PCF tem uma atuação menos focalizada em municípios com pior desempenho em estatísticas de desenvolvimento humano e nível de pobreza, corroborando com a característica mais universal da política.

5 TAXA DE COBERTURA DOS PROGRAMAS FEDERAIS NO NORDESTE

Além de analisar a cobertura dos programas federais dentro do Ceará e em seus municípios, é fundamental que seja realizado um estudo sobre a taxa de atendimento em outros estados em prol de entender como este está posicionado em relação ao recebimento de políticas públicas na área de primeira infância.

Desse modo, serão utilizados os indicadores construídos na seção 5 para os programas Criança Feliz e Bolsa Família em prol de analisar o Ceará e os outros 8 estados da região Nordeste. Desse modo, a seção 6 está dividida em dois tópicos: primeiramente será estudado a cobertura do PCF e em seguida a do PBF.

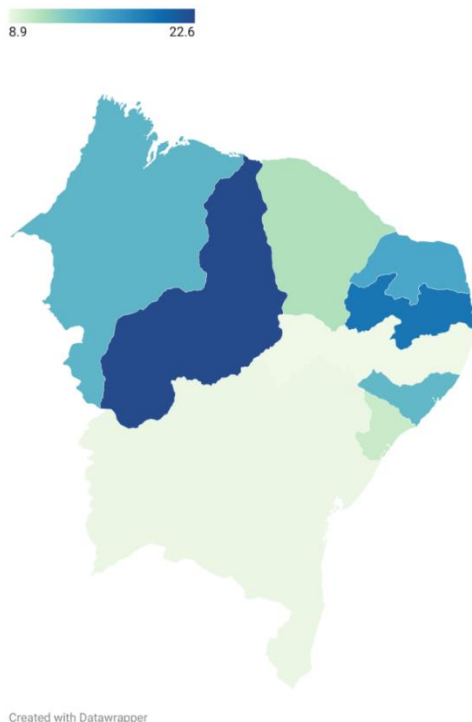
5.1 Programa Criança Feliz

Assim como na seção anterior, serão utilizados três indicadores para analisar o PCF. O Indicador Geral, além dos dois indicadores específicos para o programa, PCF 1 e PCF 2. Primeiramente serão observados os resultados do Indicador Geral, presentes na Figura 9, em que quanto mais próximo do verde menor a cobertura do programa, enquanto quão mais próximo ao azul tem-se o contrário.

Ao analisar os resultados de cobertura do programa de visitação domiciliar, tem-se que o Piauí (22,6%) foi o estado com maior taxa de cobertura da região, seguido pela Paraíba, Rio Grande do Norte, Maranhão e Alagoas com 19,5%, 15,8%, 14,8% e 14,6%, respectivamente. Já os estados com menor taxa de atendimento foram Pernambuco (8,9%), Bahia (9,1%), Sergipe (10,4%) e Ceará (11,4%).

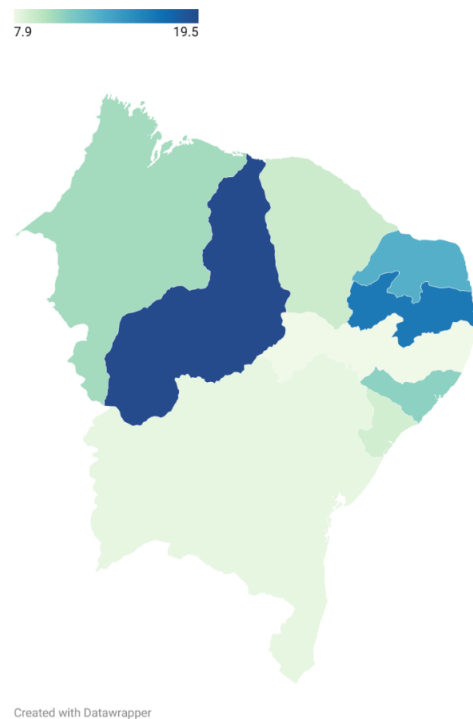
Em seguida, serão apresentados os resultados do primeiro indicador individual do Criança Feliz, o PCF 1, que mede a taxa de atendimento em relação às visitas realizadas em crianças. No mapa abaixo estão plotados os valores calculados para cada estado do Nordeste. Como se observa na Figura 10, em que quanto mais azul, maior a cobertura do estado, o Piauí é quem possui a maior taxa de atendimento, com 19,5%. Em seguida aparecem a Paraíba (16,6%), Rio Grande do Norte (13,3%), Alagoas (11,1%) e Maranhão (10,4%). Por outro lado, Pernambuco, Bahia, Sergipe e Ceará aparecem com as piores taxas de atendimento, com indicadores abaixo de 10%.

Figura 9: Cobertura das visitas do Criança Feliz por estado (Indicador Geral), Nordeste, 2020.



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Ministério da Cidadania por meio do Datawrapper.

Figura 10: Cobertura das visitas às crianças do Criança Feliz por estado (PCF 1), Nordeste, 2020.



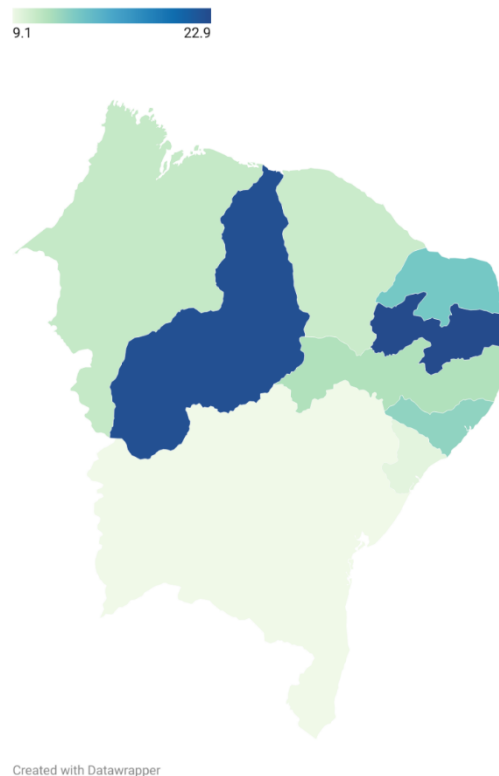
Fonte: Elaborado a partir dos dados do Ministério da Cidadania por meio do Datawrapper.

Por fim, são apresentados na Figura 11 os indicadores dos estados do Nordeste para o segundo indicador específico do Criança Feliz, o PCF 2, em que se avalia a taxa de cobertura das visitas realizadas às gestantes.

A partir da análise do gráfico, em que quanto mais azul maior a taxa de atendimento, pode-se perceber que a Paraíba e o Piauí possuem as maiores coberturas da região com 22,9% e 22,5%, respectivamente. Em seguida, figuram o Rio Grande do Norte, Alagoas e Pernambuco com taxas bem inferiores às dos primeiros colocados de 13,7%, 12,8% e 11,6%, respectivamente. Já a Bahia apresenta o pior desempenho no indicador com 9,1%, seguida por Sergipe (9,6%), Ceará (10,6%) e Maranhão (10,8%).

Ao analisar os resultados, percebe-se que o programa possui uma boa focalização nos estados que possuem os piores indicadores de desenvolvimento humano, como é perceptível pela boa colocação do Piauí e da Paraíba nos três índices calculados nessa seção. Esses estados apresentam o 3º e o 4º pior desempenho da região no ranking do IDH.

Figura 11: Cobertura das visitas às gestantes do Criança Feliz por estado (PCF 2), Nordeste, 2020.



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Ministério da Cidadania por meio do Datawrapper.

5.2 Programa Bolsa Família

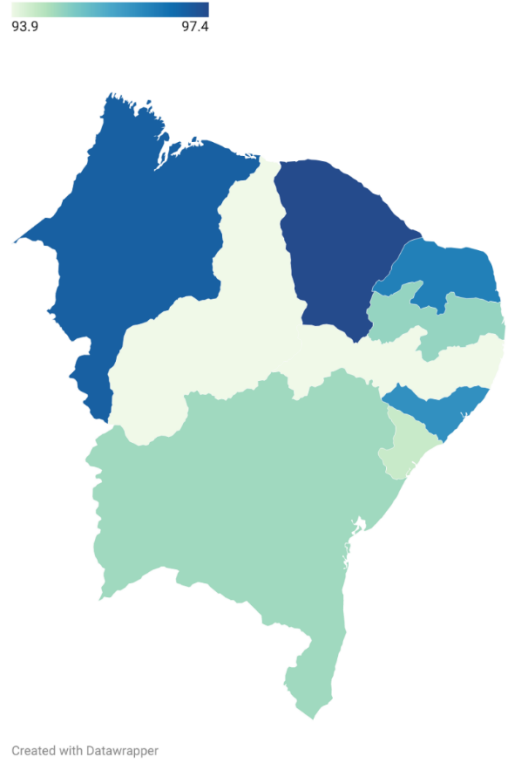
Do mesmo modo da seção anterior, foi utilizado o Indicador Geral para analisar a cobertura do Programa Bolsa Família dos estados nordestinos, que pode ser observada na figura abaixo, em que quanto mais próximo do verde, menor a cobertura do estado, ao passo que quanto mais próximo do azul, maior é a taxa de atendimento.

O estado da região que apresentou a maior cobertura foi o Ceará com 97,4%, seguido pelo Maranhão (97,0%), Rio Grande do Norte (96,4%), Alagoas (96,1%) e Paraíba (94,8%). Por outro lado, os estados que apresentaram as menores taxas de atendimento foram Pernambuco (93,9%), Piauí (93,9%), Sergipe (94,3%) e Bahia (94,7%).

A característica mais comum e menos focalizada, do bolsa família é corroborada pela análise dos estados que mais foram beneficiados pelo programa, visto que o Ceará e o Rio Grande do Norte, segundo e primeiro no ranking do IDH da região, respectivamente, ocupam as primeiras posições dos estados com maiores taxas de atendimento do programa. Do mesmo

modo, tem-se que o Piauí, um estado que possui um dos menores IDHs da região, possui a segunda menor cobertura.

Figura 12: Cobertura do Programa Bolsa Família por estado (Indicador Geral), Nordeste, 2020



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Ministério da Cidadania por meio do Datawrapper.

6 CONCLUSÃO

As intervenções na primeira infância são fundamentais para o desenvolvimento infantil e a maneira mais eficiente de investir na formação de capital humano de uma nação. Além disso, são importantes ferramentas na superação da pobreza intergeracional. No entanto, para que o programa tenha os resultados desejados, é fundamental que a política tenha um desenho eficaz e seja aplicada por profissionais capacitados.

No decorrer desse projeto, analisa-se quatro políticas públicas em vigência no estado do Ceará, desde seus objetivos, público-alvo e critérios de elegibilidade, até as sobreposições entre eles e suas taxas de coberturas nos municípios, o que possibilitou uma visão geral da atuação dos governos federal e estadual.

Nesse contexto, pode-se observar que existem sobreposições entre os programas federais e estaduais avaliados, principalmente entre o Cartão Mais Infância e o Programa Bolsa Família, que são políticas que possuem ações similares – transferência de renda – e atuam nos mesmos municípios com critérios de elegibilidade similares. O maior ponto de divergência é no público-alvo, que é bem mais abrangente no caso no Bolsa Família, mas ainda sim tem uma grande convergência na primeira infância, visto que atingem o público de 0 a 6 anos.

As sobreposições observadas no Padin e no Programa Criança Feliz não são tão extensas, e apesar de possuírem uma atuação similar – programas de visitação familiar – o PCF tem uma abrangência muito maior, tanto em relação a atuação geográfica quanto ao público-alvo.

Em relação à cobertura dos programas, percebe-se que o Cartão Mais Infância tem uma ação relativamente focalizada nos municípios de pior desempenho nos indicadores de pobreza e desenvolvimento humano, apesar de ter sido observado uma redução desse foco durante a expansão que ocorreu entre 2020 e 2021.

O programa Criança Feliz, possui uma ação bem direcionada aos municípios que possuem baixo IDHM e altas taxas de pobreza quando observamos os indicadores de visitação em geral e o de visitas às crianças. Tal característica não é visualizada ao avaliar o índice que mede a cobertura de visitação em gestantes, em que não é perceptível um viés para esses municípios, indicando que pode ocorrer a influência de alguma outra estatística como mortalidade materna, neonatal e/ou infantil.

Ao avaliar os indicadores do Bolsa Família, tanto internamente no Ceará quanto comparando entre os estados do Nordeste, confirma-se a característica universal do programa, visto que possui altas taxas de cobertura em relação a população extremamente pobre e não se observa um viés em relação aos municípios e estados com os piores indicadores.

Por fim, quando se analisa o Ceará comparativamente aos outros estados da região Nordeste, percebe-se que ele está mal posicionado em relação à cobertura do PCF nos três indicadores analisados. Dado a característica mais focalizada do programa, isso pode indicar que a política possua um maior direcionamento a estados que não possuem políticas similares ao PCF (o que é o caso do Ceará com o Padin).

Desse modo, percebe-se que existem muitos esforços ocorrendo simultaneamente no estado em prol de prover uma primeira infância melhor para as crianças cearenses. No entanto, é fundamental que esses esforços sejam seguidos por indicadores de cobertura e acompanhamento, de modo que haja garantias de que a política está ocorrendo da forma correta e se está atingindo aqueles que deveriam.

REFERÊNCIAS

ANAZAWA, Leandro et al. A Loteria da Vida: Examinando a Relação entre a Educação da Mãe e a Escolaridade do Jovem com Dados Longitudinais do Brasil. **Inspere**, São Paulo, nº 22, nov. de 2016.

ARAÚJO, Aloisio (Coord.). **Aprendizagem infantil**: uma abordagem da neurociência, economia e psicologia cognitiva. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, p. 9-32, 2011.

BERNARDES, K. I. **Avaliação do Primeira Infância Melhor através de estudos de casos**: o encontro entre a educação formal e não-formal. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/2730>. Acesso em: 03 de jun. de 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016**. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113257.htm. Acesso em: 14 de maio de 2022

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **A intersectorialidade na visita domiciliar**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2017. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/crianca_feliz/A_intersectorialidade_na_visita_domiciliar_2.pdf. Acesso em: 18 de maio de 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família - Transferência de renda e apoio à família no acesso à saúde, à educação e à assistência social**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2015. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cartilhas/Cartilha_PBF_2015.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Bolsa Família: Como Funciona**. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/outros/bolsa-familia/o-que-e/como-funciona>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Cortes. **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em:

CEARÁ (Estado). Secretaria da Educação. **Educação em Regime de Colaboração**. Ceará: Secretaria da Educação, [s. n.], 2020. p. 15-29. ISBN 9788581712567. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2020/12/livro_educacao_em_regime_de_colaboracao_virtual.pdf. Acesso em: 18 de maio de 2022.

CEARÁ (Estado). Secretaria da Educação. **Educação em Regime de Colaboração**. Ceará: Secretaria da Educação, [s. n.], 2020. p. 113-128. ISBN 9788581712567. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/wp->

content/uploads/sites/37/2020/12/livro_educacao_em_regime_de_colaboracao_virtual.pdf. Acesso em: 18 de maio de 2022.

CURI, Andréa Zaitune; MENEZES-FILHO, Naércio Aquino. A relação entre educação pré-primária, salários, escolaridade e proficiência escolar no Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 811–850, 2009.

CURRIE, J. Early childhood education programs. **Journal of Economic Perspectives**, Nashville: Tennessee, 145, p.213-238, 2001.

GARCES, Eliana; THOMAS, Duncan; CURRIE, Janet, Longer-term effects of Head Start, **American Economic Review**, Nashville: Tennessee, v. 92, n. 4, p. 999–1012, 2002.

GERTLER, Paul; FERNALD, Lia C., The médium term impact of Oportunidades on child development in rural areas. **Unpublished manuscript, University of California at Berkeley**, 2004. Disponível em: https://sarpn.org/documents/d0001264/P1498-Child_dev_terminado_1dic04.pdf. Acesso em: 16 de maio de 2022.

HECKMAN, James J. et al., The rate of return to the High Scope Perry Preschool Program, **Journal of Public Economics**, Cambridge: Massachusetts, v. 94, n. 1–2, p. 114–128, 2010.

MARTINS, Bárbara Amaral; RÜCKERT, Fabiano Quadros. O Programa Bolsa Família e a educação: uma análise da produção científica brasileira fundamentada na base de dados. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, e240061, 2019.

MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. Transferência de renda no Brasil. **Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 79, p. 5–21, 2007.

RIBEIRO, Felipe Garcia et al. An empirical assessment of the Healthy Early Childhood Program in Rio Grande do Sul State, Brazil. **Cadernos de saúde pública**, Rio de Janeiro [s. l.], v. 34, ed. e00027917, 2018.

RODRÍGUEZ-VALADEZ, José María. **Overlapping Jurisdictions: Social Program Delivery and Multilevel Governance**, 2020. Disponível em: <https://scholar.princeton.edu/jmroval/publications/decentralized-states-what-level-government-responsible-deploying-different>. Acesso em: 08 de jun. de 2022.

SCHNEIDER, A.; RAMIRES, V. R. **Primeira Infância Melhor: uma inovação em política pública**. Brasília: DF, 2007.

UNICEF. **Seen, Counted, Included: Using data to shed light on the well-being of children with disabilities**, New York, 2021. Disponível em: <https://data.unicef.org/resources/children-with-disabilities-report-2021/>. Acesso em: 21 de maio de 2022.

VENANCIO, Sonia Isoyama. Why invest in early childhood? **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. São Paulo, v. 28, e3253, 2020.

WIJEAKUMAR, S.; KUMAR, A.; REYES, L. M. D.; TIWARI, M.; SPENCER, J. P. Early adversity in rural India impacts the brain networks underlying visual working memory. **Developmental Science**. 2019.

ANEXO A – RANKING DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL, CEARÁ, 2010

Colocação no IDHM (°)	Município	IDHM
1	Fortaleza	0,754
2	Sobral	0,714
3	Crato	0,713
4	Eusébio	0,701
5	Juazeiro do Norte	0,694
6	Maracanaú	0,686
7	Barbalha	0,683
8	Limoeiro do Norte	0,682
9	Caucaia	0,682
10	Iguatu	0,677
11	Pacatuba	0,675
12	Russas	0,674
13	São Gonçalo do Amarante	0,665
14	Maranguape	0,659
15	Pacajus	0,659
16	Quixadá	0,659
17	Horizonte	0,658
18	Tianguá	0,657
19	Itaiçaba	0,656
20	Aracati	0,655
21	São João do Jaguaribe	0,654
22	Jijoca de Jericoacoara	0,652
23	Iracema	0,652
24	Jati	0,651
25	Ubajara	0,648
26	Brejo Santo	0,647
27	Cascavel	0,646
28	Penaforte	0,646
29	Tabuleiro do Norte	0,645
30	Crateús	0,644
31	Forquilha	0,644
32	Quixeramobim	0,642
33	Aquiraz	0,641
34	Itapipoca	0,64
35	Uruburetama	0,639
36	Beberibe	0,638
37	Palhano	0,638
38	Guaramiranga	0,637
39	Paracuru	0,637
40	Orós	0,636
41	Pindoretama	0,636
42	Pacoti	0,635
43	Paraipaba	0,634
44	Farias Brito	0,633
45	Groaíras	0,633

46	Tauá	0,633
47	Cruz	0,632
48	Independência	0,632
49	Campos Sales	0,63
50	Pentecoste	0,629
51	Várzea Alegre	0,629
52	Abaiara	0,628
53	Milagres	0,628
54	Baixio	0,627
55	Cedro	0,627
56	Itaitinga	0,626
57	Milhã	0,626
58	Redenção	0,626
59	Nova Olinda	0,625
60	Solonópole	0,625
61	Fortim	0,624
62	Jaguaruana	0,624
63	Bela Cruz	0,623
64	Itapajé	0,623
65	Aratuba	0,622
66	Missão Velha	0,622
67	Palmácia	0,622
68	Porteiras	0,622
69	Quixeré	0,622
70	Jaguaribe	0,621
71	Pacujá	0,621
72	São Luís do Curu	0,62
73	Camocim	0,62
74	Baturité	0,619
75	Senador Pompeu	0,619
76	Apuiarés	0,618
77	Arneiroz	0,618
78	Catarina	0,618
79	Ipu	0,618
80	Jaguaribara	0,618
81	Meruoca	0,618
82	Guaiúba	0,617
83	Barreira	0,616
84	Icapuí	0,616
85	Massapê	0,616
86	Santa Quitéria	0,616
87	Aracoiaba	0,615
88	Jardim	0,614
89	Nova Russas	0,614
90	Lavras da Mangabeira	0,613
91	Santana do Cariri	0,612
92	Canindé	0,612
93	Jaguaretama	0,612
94	Marco	0,612
95	Capistrano	0,611

96	São Benedito	0,611
97	Varjota	0,611
98	Coreaú	0,61
99	Ereré	0,61
100	Madalena	0,61
101	Monsenhor Tabosa	0,61
102	Morada Nova	0,61
103	Guaraciaba do Norte	0,609
104	Catunda	0,609
105	Deputado Irapuan Pinheiro	0,609
106	Ibiapina	0,608
107	Mucambo	0,607
108	Mulungu	0,607
109	Acarape	0,606
110	Amontada	0,606
111	Banabuiú	0,606
112	Ibicuitinga	0,606
113	Icó	0,606
114	Ipaumirim	0,606
115	Itarema	0,606
116	Trairi	0,606
117	Tururu	0,606
118	Aurora	0,605
119	Irauçuba	0,605
120	Mauriti	0,605
121	Novo Oriente	0,605
122	Chorozinho	0,604
123	Frecheirinha	0,604
124	Itapiúna	0,604
125	Potiretama	0,604
126	Pedra Branca	0,603
127	Senador Sá	0,603
128	Altaneira	0,602
129	Acaraú	0,601
130	Alto Santo	0,601
131	Pereiro	0,601
132	Reriutaba	0,601
133	Alcântaras	0,6
134	Assaré	0,6
135	Piquet Carneiro	0,6
136	Antonina do Norte	0,599
137	Barro	0,599
138	Martinópolis	0,599
139	Boa Viagem	0,598
140	Jucás	0,598
141	Cariús	0,597
142	Hidrolândia	0,597
143	Cariré	0,596
144	Acopiara	0,595
145	Ocara	0,594

146	Quiterianópolis	0,594
147	Carnaubal	0,593
148	Caridade	0,592
149	Miraíma	0,592
150	Pires Ferreira	0,591
151	Quixelô	0,591
152	Umari	0,591
153	Ararendá	0,59
154	Croatá	0,59
155	Morrinhos	0,588
156	Santana do Acaraú	0,587
157	Umirim	0,587
158	Chaval	0,586
159	Choró	0,585
160	Granjeiro	0,585
161	Tejuçuoca	0,584
162	Paramoti	0,583
163	Mombaça	0,582
164	Moraújo	0,581
165	Poranga	0,581
166	Tamboril	0,58
167	Ipaporanga	0,579
168	Caririaçu	0,578
169	Ibaretama	0,577
170	Tarrafas	0,576
171	Saboeiro	0,575
172	Ipueiras	0,573
173	Viçosa do Ceará	0,571
174	Barroquinha	0,571
175	Graça	0,57
176	Parambu	0,57
177	Aiuaba	0,569
178	General Sampaio	0,568
179	Uruoca	0,566
180	Araripe	0,564
181	Itatira	0,562
182	Potengi	0,562
183	Granja	0,559
184	Salitre	0,54

Fonte: Elaborado a partir dos dados do IBGE.

ANEXO B – RANKING DE MUNICÍPIOS POR PROPORÇÃO DE EXTREMAMENTE POBRES (%), CEARÁ, 2010

Colocação no ranking de extrema pobreza (°)	Município	Percentual da População extremamente pobre (%)
1	Granja	47,49
2	Choró	45,84
3	Croatá	45,67
4	Mirafima	44,88
5	Santana do Acaraú	43,57
6	Graça	42,58
7	Ipaporanga	41,41
8	Novo Oriente	41,31
9	Araripe	40,64
10	Amontada	40,34
11	Moraújo	40,2
12	Viçosa do Ceará	40,11
13	Uruoca	39,98
14	Itatira	39,98
15	Ipueiras	39,7
16	Santana do Cariri	39,54
17	Barroquinha	39,51
18	Ararendá	38,71
19	Quiterianópolis	38,36
20	Pereiro	38,19
21	Morrinhos	37,96
22	Martinópolis	37,55
23	Poranga	37,51
24	Salitre	36,88
25	Tamboril	36,8
26	Itapiúna	36,74
27	Reriutaba	36,4
28	Boa Viagem	36,36
29	Itarema	36,33
30	Aiuaba	36,14
31	Irauçuba	35,87
32	Tururu	35,85
33	Capistrano	35,85
34	Mucambo	35,75
35	Trairi	35,7
36	Tarrafas	35,33
37	Coreaú	35,31
38	Ibicuitinga	35,2
39	Ibaretama	34,89
40	Bela Cruz	34,89
41	Pires Ferreira	34,79

42	Deputado Irapuan Pinheiro	34,63
43	Paramoti	34,54
44	Farias Brito	34,4
45	Senador Sá	34,02
46	Chaval	34,02
47	Monsenhor Tabosa	33,98
48	Santa Quitéria	33,91
49	Potengi	33,7
50	Tejuçuoca	33,43
51	Cariús	33,42
52	Umirim	33,41
53	Carnaubal	33,25
54	Saboeiro	33,09
55	Ocara	33,08
56	Mombaça	32,92
57	Mauriti	32,88
58	Banabuiú	32,61
59	Jaguaretama	32,6
60	Altaneira	32,6
61	Catunda	32,35
62	Madalena	32,12
63	Apuiarés	32,12
64	Acaraú	31,91
65	Parambu	31,82
66	Caririaçu	31,75
67	Granjeiro	31,69
68	Lavras da Mangabeira	31,4
69	Assaré	31,39
70	Umari	31,09
71	Quixelô	30,91
72	Cariré	30,86
73	Canindé	30,56
74	Pedra Branca	30,17
75	Cruz	30,16
76	Piquet Carneiro	30,08
77	Jardim	29,96
78	Mulungu	29,83
79	Acopiara	29,79
80	Caridade	29,69
81	Porteiras	29,48
82	Antonina do Norte	29,28
83	Várzea Alegre	29,12
84	Campos Sales	29,02
85	Itapipoca	28,86
86	Hidrolândia	28,75
87	Camocim	28,51
88	Potiretama	28,42

89	Independência	27,9
90	Nova Olinda	27,83
91	Jucás	27,74
92	Aurora	27,57
93	Frecheirinha	27,54
94	Icó	27,09
95	Aratuba	27,04
96	Cedro	26,66
97	Barro	26,63
98	Guaraciaba do Norte	26,5
99	Pentecoste	26,41
100	Aracoiaba	26,24
101	Solonópole	26,1
102	Tauá	26,06
103	General Sampaio	25,97
104	Ererê	25,95
105	Palmácia	25,71
106	Milhã	25,69
107	Itapajé	25,63
108	Beberibe	25,43
109	São Benedito	24,9
110	Jati	24,57
111	Ipu	24,29
112	Uruburetama	24,26
113	Ipauimir	24,14
114	Nova Russas	24
115	São Luís do Curu	23,96
116	Varjota	23,76
117	Marco	23,76
118	Quixeramobim	23,75
119	Alto Santo	23,7
120	Morada Nova	23,64
121	Iracema	23,45
122	Barreira	23,3
123	Senador Pompeu	23,1
124	Milagres	23,1
125	Massapê	23,09
126	Alcântaras	22,92
127	Catarina	22,88
128	Abaiara	22,86
129	Arneiroz	22,75
130	Missão Velha	22,66
131	Fortim	22,64
132	Crateús	22,55
133	Ibiapina	22,48
134	Penaforte	22,09
135	Redenção	22,07

136	Pacujá	21,95
137	Jijoca de Jericoacoara	21,78
138	Guaiúba	21,49
139	Baixio	21,11
140	Orós	20,89
141	Quixadá	20,83
142	Jaguaribe	20,34
143	Chorozinho	20,2
144	Paraipaba	20,11
145	Baturité	19,89
146	Icapuí	19,82
147	Paracuru	19,78
148	Palhano	19,63
149	Meruoca	19,43
150	Pacoti	19,36
151	Jaguaruana	18,9
152	Groaíras	18,58
153	Quixeré	18,25
154	Jaguaribara	18,17
155	Tianguá	18,01
156	São Gonçalo do Amarante	17,52
157	Aracati	17,42
158	Tabuleiro do Norte	17,09
159	Acarape	17,06
160	Ubajara	16,56
161	São João do Jaguaribe	16,37
162	Cascavel	16,02
163	Itaiçaba	15,76
164	Brejo Santo	15,36
165	Pindoretama	13,97
166	Iguatu	13,14
167	Barbalha	12,97
168	Forquilha	12,65
169	Itaitinga	12,63
170	Pacajus	12,62
171	Guaramiranga	12,46
172	Maranguape	11,95
173	Sobral	11,84
174	Crato	11,05
175	Aquiraz	10,83
176	Limoeiro do Norte	10,48
177	Russas	10,47
178	Caucaia	10,42
179	Juazeiro do Norte	9,64
180	Horizonte	9,1
181	Eusébio	8,24
182	Pacatuba	8,05

183	Maracanaú	7,05
184	Fortaleza	5,46

Fonte: Elaborado a partir dos dados do IBGE.